messa a este Conselho, em original ou cópias autênticas, dos documentos referidos, e que se mostra satisfeito de fl. 45 a fl. 72, sendo a remessa feita com o officio de fl. 41 onde novamente se combate a pretensão do recorrente.

A junção de novos documentos deu lugar às novas vistas, à parte e ao Ministério Público.

Da petição e das minutas, vê-se que o recorrente pretende não só que seja declarado sem efeito o anúncio, mas também que se lhe reconheça o direito de ser nomeado primeiro official na vaga que resultar da aposentação do primeiro official Lejo.

O que tudo visto:

É competente o recurso, foi interposto em tempo e nada impede que dele se couheça.

O artigo 11.º da Reorganização de 28 de Junho de 1909 está assim redigido:

«Os lugares de primeiros, segundos e terceiros officiaes e os de primeiros aspirantes serão providos pelo governador da provincia, alternadamente por antiguidade e por concurso documental, nos empregados já confirmados da classe immediatamente inferior, tendo em vista a sua idoneidade professional e o seu procedimento civil. Na hipótese do concurso, dar-se há preferéncia aos candidatos que tiverem melhores informacões officiaes e maiores habilitações literárias e scientificas».

Os documentos juntos ao processo mostram, com feito, que a primeira vaga de primeiro official que se vai prover depois da vigência da Reorganização de 1909 é a ocasionada pela aposentação do primeiro official Lejo.

Assim:

Segundo o decreto de 22 de Agosto de 1892, eram quatro os primeiros officiaes das Alfândegas de Cabo Verde, a saber: José da Costa Lejo, José Alexandre Pinto, João Bento Rodrigues de Abreu Fernandes e António Clifas dos Santos (*Boletim Oficial* n.º 48 de 1894);

A Organização do Circulo Aduaneiro de Cabo Verde, de 26 de Junho de 1902, reduziu a dois esse número de primeiros officiaes, e por isso aquele Fernandes, em vista do artigo 4.º, § único e artigo 10.º da mesma Organização, ficou adido ao quadro, prestando serviço de segundo official, mas com o ordenado de primeiro, até que houvesse vaga (*Boletim* n.º 31 de 1902);

No *Boletim Oficial* n.º 1, de 1910, declarou-se o que segue: «Tendo falecido o primeiro official do quadro aduaneiro José Alexandre Pinto, entrou na vacatura desta classe o official João Bento Rodrigues de Abreu Fernandes, que estivera servindo como segundo official por efeito da redução do quadro em 1902, ao tempo em que já era confirmada pelo Governo a sua nomeação de primeiro official;

O dito Fernandes não foi portanto promovido, nem por concurso nem por antiguidade, quando faleceu o segundo official Pinto; entrou na vacatura respeitando-se-lhe os direitos adquiridos e as disposições citadas da Organização de 1902;

O primeiro official Clifas não aparece mencionado nos documentos officiaes, deve ter falecido ou saído do quadro.

Sendo como fica exposto, e

Atendendo a que a lei nova, a Reorganização de 1909, não tem efeito retroactivo e por isso tem de interpretar-se sem preocupação com o que succedeu anteriormente;

Atendendo a que mandando o transcrito artigo 11.º fazer as promoções alternadamente, mencionando primeiro a antiguidade, é por antiguidade e não por concurso que primeiro se deve prover;

Atendendo porém a que, nos termos do mesmo artigo 11.º, a promoção por antiguidade é attribuição do governador, «tendo em vista a idoneidade professional e o procedimento civil» dos candidatos legais;

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Colónias e conformando-me com a presente consulta, conceder em

parto o noutra parte negar provimento ao recurso, anulando o anúncio do concurso documental para provimento da vaga de 1.º official, e determinando que, quando do facto exista a vaga pela aposentação de José da Costa Lejo, se faça a promoção por antiguidade, nos precisos termos do artigo 11.º da Reorganização de 28 de Junho, de 1909.

O Ministro das Colónias assim o tonha entendido e faça imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 21 de Abril de 1914. — Manuel de Arriaga — Alfredo Augusto Lisboa de Lima.

DECRETO N.º 443

Sendo-me presente a consulta do Conselho Colonial, como Tribunal Contencioso, sobre o recurso n.º 195 de 1913, em que é recorrente António Augusto, ex-guarda do corpo de policia de Lourenço Marques, e recorrido o governador geral de Moçambique:

Mostra-se que António Augusto, ex-guarda n.º 25 do corpo de policia de Lourenço Marques, recorre do despacho do governador geral de Moçambique que o demittiu, e pede, com o fundamento de não ter sido ouvido antes de condenado, que essa decisão seja anulada e reintegrado no seu lugar, pagando-se-lhe todos os vencimentos.

O recurso, que é competente e foi interposto em tempo, mostra-se processado com as formalidades legais, tendo sido ouvido o Ministério Público na primeira instância, defendendo-se o governador na sua resposta, vendo-se finalmente a promoção do Ministério Público junto do Conselho Colonial.

Dos documentos que instruem o recurso consta que o recorrente havia sido suspenso, por tempo de trinta dias, por conviver com elementos dissolventes, adversos à policia e perturbadores da ordem, e com ex-guardas expulsos, factos que importavam transgressões dos artigos 12.º e 13.º das instruções policiaes; e mais consta que, pouco tempo depois dessa suspensão, fôra acusado de ter abusivamente pôsto em liberdade um indigena que havia preso sob participação de ter ameaçado com uma faca um servente do corpo de salvacão pública.

Mais se vò dèsses documentos que por occasião da suspensão foi notificado de que seria demittido se não se emendasse e praticasse qualquer outra falta, ameaça que o recorrente quere ver realizada, efectivada, com fundamento no último facto referido, o qual procura justificar a seu modo, na minuta do seu recurso, onde também nega o que se lhe attribuiu para basear a suspensão.

O que tudo visto e o mais dos autos:

Considerando que a portaria de 14 de Maio de 1913, documento official da demissão do recorrente, não indica o motivo dessa demissão, de forma a poder concluir-se que se trate da imposição duma pena disciplinar:

Considerando que esse diploma unicamente se refere à data da nomeação do recorrente para o lugar de guarda, que teve lugar pela portaria n.º 630 A. R. de 1 de Setembro de 1904;

Considerando que, segundo o artigo 6.º do decreto de 28 de Dezembro de 1903, o tempo de serviço para todos os individuos do corpo de policia civil de Lourenço Marques será de três anos, findos os quais poderão ser demittidos;

Considerando portanto que a portaria da exoneração do recorrente, embora se admita que esta tivesse por causa próxima o facto dele ter soltado um delinquento por autoridade e arbitrio próprio, foi publicada ao abrigo da disposição citada, sem qualquer referéncia a essa falta ou a quaisquer outras, e sómente com referéncia à data da sua nomeação para comprovar que tendo mais de três anos de serviço (mais de oito) podia ser livremente demittido;

Considerando que, em tais condições, não há que dis-

cutir se seria ou não suficiente, para os fins da lei, caso a demissão representasse uma pena disciplinar, a audiência que foi dada ao recorrente e consta dos autos, quanto aos primeiros factos de que foi acusado a fl. 11 v e 15, e quanto ao último a fl. 23 e 24:

Hei, por bem, sob proposta do Ministro das Colónias, e conformando-me com a presente consulta, negar pro-

vimento ao recurso e confirmar a demissão imposta ao recorrente pelo governador geral de Moçambique.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 21 de Abril de 1914.— *Manuel de Arriaga*— *Alfredo Augusto Lisboa de Lima*.